

Haja denúncias!

Ilustração: Kácio

Da Redação
Com Agência Estado

A semana que passou foi cheia de altos e baixos. Risco de apagão, crise na Argentina, briga de candidatos à Presidência da República, entre muitos outros assuntos que circularam nas manchetes dos jornais. Em São Paulo, por exemplo, o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto saiu da cadeia, voltou a ser preso na Polícia Federal, e foi novamente para prisão domiciliar em menos de 24 horas. Ele é acusado de desviar R\$ 197,6 milhões da obra do Tribunal Regional do Trabalho paulista. Em Brasília, as atenções ficaram todas voltadas para o presidente do Congresso, senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Em meio às pressões dos partidos para que ele se afastasse do cargo, Jader preferiu se esconder em sua própria casa. Neste período analisou qual seria a melhor saída jurídica e política. O mistério acabou na manhã de sexta-feira, quando o senador anunciou que pediria licença da presidência por 60 dias. Com isso, quem estava desaparecido, voltou a ocupar as páginas dos jornais. O ex-presidente José Sarney (PMDB-MA), por exemplo, é um dos nomes cotados para assumir o lugar de Jader, que dificilmente voltará a presidir o Congresso.

Com a licença de 60 dias, Jader esperava ter tempo para se defender e poder voltar ao cargo, mas o que se viu foi o aparecimento de novas denúncias contra ele. A situação do presidente licenciado do Congresso se complica a cada dia e é quase certo de que ele não vai escapar de uma investigação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se não renunciar ao mandato. O argumento de que as

denúncias contra Jader datam da época em que ele não era senador caiu por terra com a publicação de reportagem da revista *IstoÉ* neste fim de semana. Segundo uma gravação divulgada pela revista, o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM), coordenador da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em 1998, cobra, em nome de Jader, o pagamento de US\$ 5 milhões para liberação de US\$ 40 milhões de incentivos fiscais. Nesta época, Jader já era senador.

Os líderes do PPS, senador Paulo Hartung (ES), e do PT, senadora Heloísa Helena (AL), vão entrar amanhã com nova denúncia contra Jader junto à Mesa do Senado pedindo a investigação deste caso no Conselho de Ética. "São denúncias graves e o Conselho de Ética terá de investigar", afirmou Hartung. "Sendo atestada a veracidade das provas, constitui a materialidade de conduta violadora ao código de ética e decoro parlamentar e a única medida disciplinar estabelecida na Constituição, é a cassação do mandato", destacou Heloísa Helena.

Até então, o PMDB estava trabalhando para que Jader Barbalho fosse investigado apenas pelo Ministério Público. A intenção era poupar a polêmica de um julgamento público no Conselho de Ética. O argumento dos governistas, inclusive utilizado na carta de licença de Jader, era que todas as acusações davam de épocas anteriores ao seu mandato.

NA PRAIA

Depois de se licenciar do cargo de presidente do Congresso, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) foi descansar na praia. Ontem ele estava sendo esperado em sua casa de praia no município de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. O senador costuma descansar no local com frequência durante os finais de semana. O lugar é um ponto turístico conhecido do litoral cearense.

parlamentar e, por isso, não poderiam ser examinadas pelo colegiado. No entanto, diante das novas denúncias, a oposição e até partidários de Jader admitem que o presidente do Conselho, Gilberto Mestrinho (-PMDB-AM), será obrigado a abrir as investigações.

Na denúncia ao Conselho de Ética, já apresentada na semana passada, os líderes de oposição vão fazer um adendo incluindo a nova acusação de suposto envolvimento de Jader na cobrança de propina para liberação de verbas da Sudam. O presidente licenciado também está sendo acusado de mentir a seus colegas, o que caracteriza quebra de decoro. Tanto os opositores quanto os governistas estão apostando que o senador terá de renunciar ao mandato, caso o Conselho de Ética comprove que ele entrou em contradição e mentiu no dia 16 de abril desse ano ao discursar na tribuna do Senado.

Na época, Jader garantiu que sua sociedade com José Osmar Borges, um dos suspeitos de fraudar recursos da Sudam, teria sido pública, constando de suas declarações de renda. O negócio, no entanto, não foi declarado segundo informações divulgadas pela imprensa.

Outra contradição de Jader refere-se ao caso do Banco do Estado do Pará (Banpará). Em todos os pronunciamentos, o senador negou que tivesse recebido o relatório do Banco Central que apontava depósitos em

sua conta corrente em uma agência do Banco Itaú, no Rio. Entretanto, a diretoria do Banco Central desmentiu Jader em nota oficial e assegurou que ele recebeu, em 21 de março deste ano, cópia do trabalho resumo feito recentemente por inspetores do BC com base nos relatórios de 1992.

Na avaliação de peemedebistas ligados ao presidente licenciado do Senado, a situação de Jader fica mais complicada com as novas denúncias. Os correligionários do ex-presidente apostam que ele dificilmente voltará ao comando do Senado e já desencadearam um processo para substituir Jader.

Agora, caberá ao Ministério Pùblico Federal bater o último prego no caixão político do senador. No início de agosto, sai o relatório técnico da Quinta Câmara de Defesa do Patrimônio Pùblico, ligada à Procuradoria da República. Os integrantes da câmara vão recomendar ao procurador-geral Geraldo Brindeiro a abertura de um inquérito criminal contra o presidente licenciado do Senado, que irá apertar ainda mais o nó contra o pescoço do senador, por outros motivos.

O documento vai confirmar as provas que Jader contesta: o relatório final do Banco Central, concluído em 1992, que mostra as digitais do senador, na manipulação criminosa de recursos públicos que abasteciam as suas contas bancárias e de seus amigos e familiares. A divulgação da nota será a senha para o início do processo de quebra do decoro parlamentar contra Jader no Conselho de Ética, que recomendará a cassação do seu mandato parlamentar. A nota técnica trará, pela primeira vez, trechos do segundo relatório inédito do inspetor do Banco Central, Abrahão Patrini Júnior, considerado demolidor.